

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSOES PERMANENTES

3.a SESSAO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 181.ª Sessão Ordinária
Realizada em 3 de outubro de 1973 — (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emilio Carazzini — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldari — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Frust — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Arizone Araújo — Domicio Scaramella e Olavo Ferreira. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem). Sr. Presidente, verificando a ausência em Plenário de número necessário de Deputados para funcionamento da Sessão, requeiro a V.Exa. a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificar se há "quorum para prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Defiro a questão de ordem do Sr. Deputado Muggiati Filho. Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Faz a chamada).

O SR. PRESIDENTE — 21 Srs. Deputados responderam a chamada nominal. "Há "quorum" para prosseguimento da Sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procederá à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

Sob o n.º 83-73, do Senhor Governador do Estado, encaminhando Proposta Orçamentária, para o exercício de 1974. A C.C.J.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 274-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei n.º 108-72:

Do Senhor Deputado Jorge Sato que visa criar um curso de Jornalismo na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Maringá. A C.C.J.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Armando Queiroz.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados

Esta será a derradeira vez de que me valerei desta Tribuna; isto decorre do fato de ter sido nomeado para Procurador junto ao Tribunal de Contas. E como isso, cessa toda a minha atividade política. Daí porque nesta oportunidade e nesta ocasião apresentar, ao Sr. Presidente e aos membros da Mesa, aos Srs. Deputados e a todos aqueles Funcionários com os quais convivi praticamente 11 anos apresentar as minhas despedidas. E ao fazê-lo quero dizer que levarei comigo, desta Casa, somente os bons momentos. Os outros procurarei esquecer. Mas, esta minha despedida não significa evidentemente que eu queira me afastar dos Senhores. Faço questão de continuar amigo de todos os Senhores e de privar da amizade que sempre tive.

Para que meu ato se concretize e se torne uma realidade estou encaminhando à Mesa um documento que contém a expressão de minha vontade, da minha renúncia.

Quero agradecer neste instante o ato de S.Exa. o Sr. Governador do Estado que está me enviando para o Tribunal de Contas. Quero agradecer também a todos os meus amigos e a todos os meus colegas que me ajudaram a conquistar esta carreira no referido Tribunal.

Aqui ficam pois estas minhas palavras de despedida e, ao mesmo tempo, quero manifestar-lhes que ficarei imensamente satisfeito e muito feliz, se pudesse contar com a presença dos Senhores, amanhã, às 2 horas da tarde, no Tribunal de Contas, onde irei tomar posse.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Srs. Deputados, muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Embora a Casa através de seus líderes no momento oportuno preste a devida homenagem ao ilustre colega que há pouco, desta Tribuna, encaminhou seu pedido de renúncia em razão de aceitar outra função pública de relevo no Estado, não queria deixar, principalmente pelo entendimento à base da razão que sempre tive nesta Casa com tão eminente Deputado, de registrar o nosso imenso pesar pela vaga que S.Exa. deixa nesta Casa. Porém vale mais o registro pelos bons serviços que aqui ele prestou em favor de seu Estado.

Sr. Presidente, há dias, e reiteradamente, abordamos desta Tribuna o problema político em torno da distribuição das sementes do soja pela Café do Paraná. Foi aprovado pela Casa um Pedido de Informações ao Superintendente da Café do Paraná e também um Requerimento ao Sr. Governador do Estado quando a Café do Paraná, que havia recebido pedido para o fornecimento de cinco mil sacas de sementes no Município de Arapongas e lá concentrou em seu armazém duas mil e seiscentas sacas, ao invés de fornecer

essas sementes declarou que iria retirá-las daquele armazém com destino que não se sabia qual.

Hoje recebemos um telefonema de representante de agricultores de Arapongas que nos comunicou inclusive que outras providências estão sendo lá adotadas porque os caminhões pedidos pela Café do Paraná estavam começando a retirada do soja do armazém situado em Arapongas para levar as duas mil e seiscentas sacas de sementes ali existentes ao seu armazém em Cambé onde existem já quinze mil sacas de sementes de soja.

Afirmamos naquela ocasião e desejamos repetir hoje, porque o assunto em tudo que estiver ao nosso alcance deverá ser devidamente esclarecido porque, inclusive, se existirem responsabilidades a serem apuradas por abuso de poder ou tráfico de influências, queremos ver o fim deste episódio.

Posso adiantar hoje que uma carta assinada por um Secretário de Estado, que não era o da Agricultura e consequentemente não tinha ligação alguma com produtos agrícolas, autorizou a retirada de sementes do soja do armazém.

Os lavradores não conseguiram comprar a semente da Café do Paraná porque seus armazéns não as vendiam.

As explicações que obtivemos nesta Casa do eminente Líder do Governo não podem pois, em que pese o esforço de S.Exa. deixar esclarecido assunto tão relevante, porque o próprio Governo incentivou o plantio desse produto que, hoje, em todo Estado do Paraná, é uma esperança para todos aqueles que, noutros produtos, não obtiveram as colheitas desejadas. As explicações não satisfazem, dizíamos nós, porque registramos o tráfico de influência na obtenção de tais sementes.

Isso é o que podemos adiantar até o momento. Mas, toda verdade virá a tona e ela será levada, através desta Casa, e de outros meios de comunicação de que dispomos, ao inteiro conhecimento do povo do Paraná, especialmente dos lavradores.

Desde já, fica aqui o nosso protesto contra influências estranhas aos interesses agrícolas de nosso Estado que estão se fazendo sentir. E as medidas que visam coibir tais abusos, dentro de nosso Estado, não poderão, também, faltar, e é que se pretenda ter, dentro do Estado, a harmonia necessária ao seu desenvolvimento e à vida da classe que mais luta neste País, que é justamente a dos agricultores.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderia deixar de manifestar, antes de tratar sobre o assunto para o qual me inscrevi, a satisfação com que vi, pessoalmente, a escolha, a designação, por S.Exa. o Sr. Governador do Estado, do Deputado Armando Queiroz para relevantes funções do Tribunal de Contas.

Gostaria de externar ao Sr. Deputado Armando Queiroz, que a convivência com S. Exa., como participante da mesma Bancada, constituiu para mim uma justificativa da minha presença nesta Casa, assistindo o brilhantismo de seus pronunciamentos, vendo o denodo pelo qual sempre soube advogar as boas causas, sinto-me justificado na espinhosa missão que me foi imposta pelo mandato popular.

Só posso desejar, em meu nome pessoal, que S.Exa. continue, nas novas funções que lhe são atribuídas, com o mesmo espírito, o mesmo denodo, o mesmo brilhantismo, trazendo tanta grandeza e tantos bons serviços ao nosso Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sinto-me à vontade, hoje, para vir a esta Tribuna, como médico, como profissional, apresentar um Projeto de Lei que visa restituir vantagens aos servidores que operam em Raio X e substâncias radiativas. Vantagens que, hoje, em nosso Estado, eles não mais as possuem.

(Lendo): "Os médicos, cirurgiões-dentistas e demais funcionários do serviço público federal, que operam com Raios "X" e substâncias radioativas, somente os que se encontram nesta situação, percebem desde o advento da Lei n.º 1234 de 14 de novembro de 1950, até a presente data, sem qualquer interrupção, uma gratificação especial correspondente a 40% sobre os respectivos vencimentos.

A Revolução de 31 de março de 1964, que tantas modificações introduziu na vida pública brasileira, inclusive no setor do funcionalismo, manteve essa gratificação, paga pelo exercício do cargo em condições que expõe seus ocupantes a graves riscos de saúde e de vida.

Em nosso Estado, dispositivos legais atribuíram a várias categorias profissionais outras gratificações pelo "risco de vida", calculada na base de 1/3 dos respectivos vencimentos. Infelizmente, porém, o benefício foi sendo indiscriminadamente concedido, por força de inúmeros outros diplomas legais, a servidores que pouco ou nenhum risco sofriam, de tal modo que, diante dos verdadeiros abusos que essas benesses representavam, a administração viu-se obrigada, através da Lei n.º 4.544 de 31 de janeiro de 1962, a "congelar" dita gratificação nos níveis então percebidos.

Mas essa drástica medida, se por um lado extinguiu favores de legitimidade duvidosa, veio também prejudicar os servidores que faziam jus a esse benefício, pois estão expostos todos os dias, em caráter permanente portanto, a irradiações.

O Projeto apresentado, visa instituir em favor dos servidores que operam exclusivamente com Raios "X" e substâncias radioativas, quando em efetivo exercício de suas funções, uma gratificação idêntica aquela que vem sendo paga desde 14 de novembro de 1950, sem qualquer interrupção, ao funcionalismo público, federal, em idêntica situação funcional.

A justiça dessa concessão é manifesta: os beneficiários da providência legislativa ora proposta, estão expostos permanente a irradiações nocivas à sua saúde que conferem riscos de lesões graves e incuráveis, estabelecendo como é fartamente comprovado pelas estatísticas, apreciável redução do nível médio de vida.

Nada mais justo portanto, que tenham pequeno acréscimo aos vencimentos que recebem, isso pelo muito que fazem em favor de milhares e milhares de outros servidores públicos e suas famílias.

O teor do Projeto apresentado é o seguinte: (Lê).

"PROJETO DE LEI N.º 221-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica instituída uma gratificação especial, correspondente a 40% sobre os respectivos vencimentos, em favor dos servidores que operam di-

reta e exclusivamente com Raios "X" e substâncias radioativas, próximos às fontes de irradiação.

Art. 2.º — São beneficiários da gratificação de que trata o art. anterior.

a) — os ocupantes dos cargos da série de classe de "Médico", portadores de certificado de Radiologia devidamente registrado no Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Conselho Regional de Medicina;

b) — os ocupantes dos cargos da série de "Cirurgião-Dentista", portadores de certificado de Radiologia dentária devidamente inscritos no Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia e Conselho Regional de Odontologia;

c) — os demais servidores que também operem direta e exclusivamente com Raios "X" e substâncias radioativas próximos às fontes de irradiação, portadores de certificado de Radiologia dentária devidamente inscritos no Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia e Conselho Regional de Odontologia;

c) — os demais servidores que também operem direta e exclusivamente com Raios "X" e substâncias radioativas próximos às fontes de irradiação, portadores de certificado de "Operador de Raios X" devidamente registrados nas repartições sanitárias competentes

Art. 3.º — Não serão abrangidos por esta Lei:

a) — os servidores estaduais que, no exercício de tarefas assessoriais ou auxiliares, fiquem expostos às irradiações apenas em caráter esporádico, eventual ou ocasional, por não executarem serviços exclusivos neste sentido;

b) — os servidores que, embora enquadrados no disposto no art. 1.º desta Lei, estejam afastados do exercício de suas atribuições normais, exceto nos casos de férias, licença prêmio, casamento, luto, convocação para júri, licença para tratamento de saúde, licença por motivo de acidente ou moléstia adquirida em serviço, doenças em pessoa da família devidamente comprovada por laudo médico oficial, missão ou estudo de interesse da administração, quando o afastamento tiver sido autorizado pelo Governo do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1973.

(a) Xenofonte Villanueva

JUSTIFICATIVA:

Os médicos, cirurgiões-dentistas e demais funcionários do serviço público federal, que operam com Raios "X" e substâncias radioativas, somente os que se encontram nesta situação, percebem desde o advento da Lei n.º 1234 de 14 de novembro de 1950, até a presente data, sem qualquer interrupção, uma gratificação especial correspondente a 40% sobre os respectivos vencimentos.

A Revolução de 31 de março de 1964, que tantas modificações introduziu na vida pública brasileira, inclusive no setor do funcionalismo, manteve essa gratificação, paga pelo exercício do cargo em condições que expõe seus ocupantes a graves riscos de saúde e de vida.

Em nosso Estado, dispositivos legais atribuíram a várias categorias profissionais outras gratificações pelo "risco de vida", calculada na base de 1/3 dos respectivos vencimentos. Infelizmente porém, o benefício foi sendo indiscriminadamente concedido, por força de inúmeros outros diplomas legais, a servidores que pouco ou nenhum risco sofriam, de tal modo que, diante dos verdadeiros abusos que essas benesses representavam, a administração viu-se obrigada através da Lei n.º 4544 de 31 de janeiro de 1962, a "congelar" dita gratificação nos níveis então percebidos.

Mas essa drástica medida, se por um lado extinguiu favores de legitimidade duvidosa, veio também prejudicar os servidores que fazem jus a este benefício, pois estão expostos todos os dias, em caráter permanente portanto, à irradiação.

O Projeto apresentado, visa instituir em favor dos servidores que operam exclusivamente com Raios "X" e substâncias radioativas, quando em efetivo exercício de suas funções, uma gratificação idêntica aquela que vem sendo paga desde 14 de novembro de 1950, sem qualquer interrupção, ao funcionalismo público federal em idêntica situação funcional.

A justiça dessa concessão é manifesta: os beneficiários da Previdência Legislativa para proposta, estão expostos permanentemente à irradiação nociva a sua saúde que conferem riscos de lesões graves e incuráveis, estabelecendo como é fartamente comprovado pelas estatísticas, apreciável redução do nível médio de vida.

Nada mais justo portanto, que tenham pequeno acréscimo aos vencimentos que recebem, isso pelo muito que fazem em favor de milhares e milhares de outros servidores públicos e suas famílias.

Era só. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Armando Queiroz.

A Casa ouviu, há poucos instantes, a manifestação de V.Exa. que, com méritos e mui justamente, foi nomeado pelo Governador do Estado do Paraná para exercer as elevadas funções de Procurador, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Dizia V.Exa., em seu pronunciamento, que seria, efetivamente, a sua última participação como Deputado nesta Casa e desta Tribuna e, ao mesmo tempo, se despedia dos companheiros da Assembléia Legislativa do Estado.

Era nome da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, coube-me a honra, e com muita satisfação o faço, de saudá-lo nesta oportunidade dizendo a V.Exa., eminente Deputado Armando Queiroz, que o seu trabalho na Assembléia Legislativa do nosso Estado, as suas ações, as suas manifestações junto às Comissões Técnicas da Casa ficarão, para sempre, lembradas por todos aqueles que conviveram com V.Exa., neste Plenário e nesta Casa. Os seus ensinamentos, a sua ponderação, a sua cultura e a sua inteligência ficarão gravados, eternamente, nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado e constituirão sempre um exemplo às novas gerações de políticos, servirão de exemplo à geração de homens nascidos neste Estado que não de reconhecer sua conduta e procurarão nas suas atividades acompanhar os seus passos.

Nosso ilustre Deputado Armando Queiroz nasceu em Viradouro no Estado de São Paulo em 14 de abril de 1914 — desculpe a indiscrição.

Curso o Primário e o Ginásio no Estado de São Paulo e tirou o curso de Direito na Faculdade de Direito de Niterói.

Advogou em São Paulo, onde fez concurso para Promotor Público sendo aprovado.

Mais tarde, em 1951, fixou residência em Campo Mourão, sendo o pri-

meiro advogado que se radicou naquele então promissor Município, na época uma pequena vila.

Coube-lhe, mais tarde, a honra como advogado, de efetuar a primeira defesa no Tribunal do Júri, no Fórum da Comarca de Campo Mourão. Advogou em Campo Mourão até 1.962, quando eleito Deputado Estadual na Legenda do Partido Democrata Cristão reeleito em 1966. E em 1.970, pela ARENA na Assembléia Legislativa, ocupou os mais expressivos cargos. Foi líder da Bancada do Partido Democrata Cristão e foi líder do Governo. Presidiu esta Casa em 1.969. Participou de praticamente todas as Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa, sendo em 1972 Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Relator da Emenda Constitucional n.º 3; Autor e Presidente da Comissão Especial para estudos da Lei Orgânica dos Municípios do Paraná.

O Sr. Nelson Buffara — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

No instante em que V.Exa. homenageia um dos mais ilustres Deputados que por esta passou, o nobre Deputado Armando Queiroz de Moraes, não sei se V. Exa. o faz em nome do nosso Partido, a Bancada do MDB. No entanto eu quero associar-me às manifestações de V.Exa., porque além de ser inteiramente justo, acho que este preito de gratidão que a Casa presta a um dos seus mais ilustres filhos, o Deputado Armando Queiroz de Moraes, neste momento, por uma feliz indicação do Governo do Estado, que o torna Procurador do Tribunal de Contas, é um justo prêmio pelo seu acendrado amor à terra paranaense, pela sua vida inteiramente dedicada à causa pública. Sem nenhuma vaidade, sem nenhuma prevenção, quando Presidente deste Legislativo, numa das épocas mais difíceis soube com gáudio, com perseverança, vencer uma das épocas mais difíceis, mais árduas desta Casa de Leis. É justa portanto a homenagem que a se presta ao ilustre Deputado, na qual eu me associo inteiramente.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço, ilustre Deputado Nelson Buffara, o aparte de V.Exa. que consubstanciou as virtudes e as qualidades do nobre Deputado Armando Queiroz, a quem esta Casa lhe tributa hoje as suas homenagens.

Finalizando, Deputado Armando Queiroz, ao mesmo tempo em que lamentamos profundamente a perda do seu convívio diário na Assembléia Legislativa do Estado. Queremos cumprimentar o povo do Paraná que tem absoluta certeza que V.Exa. como Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, estará permanentemente contribuindo com a sua qualidade, com a sua inteligência e como o seu máximo empenho no importante exercício desta função, com proveitos enormes para o Estado do Paraná.

A nossa despedida, lamentando a sua ausência, os nossos cumprimentos pelo cargo que V.Exa. amanhã irá assumir.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Depois das palavras do ilustre Líder do MDB, concedo a palavra ao Líder do Governo, Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Há ocasiões na vida em que os nossos sentimentos se tornam paradoxais, contraditórios e esta, sem dúvida nenhuma, é uma delas.

Em nome da Liderança do Governo e da Bancada do meu Partido, a Aliança Renovadora Nacional, sinto-me envaidecido, posso dizer, por cumprimentar um verdadeiro e grande amigo. Cumprimentá-lo pela sua investidura no cargo de Procurador do Estado, junto ao egrégio Tribunal de Contas. E, ao mesmo tempo, é com grande pesar que vejo esta Casa e a Bancada do meu Partido perder um dos seus mais brilhantes, dignos e competentes representantes.

Sr. Deputado Armando Queiroz de Moraes, tenho acompanhado de perto há já alguns anos, sua trajetória dentro deste Poder Legislativo. Aprendi como tantos outros, como a totalidade dos Senhores Membros deste Poder Legislativo, dos Funcionários desta Casa, desde os mais graduados aos mais humildes; dos Senhores Jornalistas, a admirá-lo e a respeitá-lo por suas atitudes inequívocas de amor à Pátria, respeito humano e dedicação à causa pública.

Eu o vi, nós o vimos travar memoráveis batalhas na defesa dos interesses do Povo deste grande Estado que é a nossa terra, que é o nosso Paraná.

Senti-me orgulhoso de alinhar ao seu lado em algumas delas, e V. Exa. na oportunidade em que nos deixa, atendendo ao chamado para ocupar cargo de tão grande importância e destaque, na administração estadual, por certo orgulhoso também se sentirá, pois sua passagem por esta Assembléia Legislativa foi marcada por atitude sóbria, firmes e honestas. E os Anais desta Assembléia Legislativa que escreve a História do Paraná, estão repletos dos pronunciamentos vigorosos que V. Exa. sempre soube, com tanta propriedade aqui fazê-los, registrando para a posteridade, o engrandecimento de todos quantos se houveram com altivez no cumprimento e no desempenho da missão tantas vezes árdua, de bem representar a coletividade brasileira.

Sabemos que existem ainda tarefas a serem cumpridas e estamos cientes de que a sua ausência ocasionará uma lacuna difícil de ser preenchida, mas não se pode negar que o prezado amigo poderá sair daqui de frente erguida, conscio de haver cumprido o seu dever, de haver bem representado aqueles que por três legislaturas consecutivas, o elegeram como seu representante junto aos poderes do nosso Estado.

Se é verdade e nisso todos concordamos, que sofre esta Assembléia uma irreparável perda, com o seu afastamento, resta-nos no entanto, a certeza de que o Paraná não perderá. Em outro ramo de atividade compatível com a sua imensa capacidade e formação jurídicas, continuará V. Exa. a prestar serviços ao nosso querido Estado do Paraná, com aquela mesma dedicação e elhanesa que lhe são peculiares.

Figura humana ímpar, possuidor de um grande coração, V. Exa. jamais fechou as portas do seu Gabinete aqueles que ali foram em busca da solução dos seus problemas. Quantos Prefeitos Municipais, Vereadores, Representantes das mais diferentes classes, homens humildes de nosso interior, doentes à procura sempre do atendimento carinhoso de V.Exa., jamais deixaram de receber uma palavra de estímulo, um atendimento pronto, humano e cristão.

V. Exa. sempre soube atendê-los e confortá-los e dentro das limitações que a função do Legislador impõe, V. Exa. sempre soube fazer um pouco mais do possível.

A sua coragem, Deputado Armando Queiroz, mais de uma vez se fez patente na defesa intransigente da integridade e da imagem intocada de um Poder Legislativo digno e operante. Quando no exercício da mais alta função de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos dias conturbados de muita incompreensão nas esferas mais altas da administração da República, V. Exa. jamais se curvou e, não se curvando V. Exa.

como representante autêntico deste Poder, não permitiu que se curvasse esta Casa diante das incompreensões, muitas vezes no afã de conspurcar a integridade do Legislativo.

V. Exa. foi o Presidente certo para aquela hora difícil e soube sair-se — e com V. Exa todos nós — airoosamente, comprovando o valor da Casa na manutenção e no fortalecimento das nossas instituições.

Advocacia, magistério, consultoria jurídica junto à Prefeitura Municipal de Campo Mourão, foram atividades que o Nobre Deputado desempenhou com brilho, antes de se entregar à carreira política.

Como Deputado Estadual, e os dados biográficos foram bem traçados desta Tribuna pelo brilhante e inteligente Deputado Maurício Fruct, foi Líder do P.D.C. e da ARENA. Vice-Líder e Líder do Governo, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Presidente da Comissão Especial para Elaboração de Lei Orgânica dos Municípios, Relator da Comissão de Reforma da Constituição do Estado do Paraná e, para culminar, em 1.969, presidiu o Poder Legislativo, num dos momentos mais difíceis da vida política brasileira.

Em todos os casos e em todos os cargos, sua capacidade de liderança, equilíbrio e dedicação se fizeram sentir.

Poucas pessoas, Sr. Deputado, poderão apresentar uma folha de serviços como a sua. E ela é uma recomendação para que se possa esperar, em sua nova função, um trabalho profícuo e duradouro.

Desejo-lhe, em meu nome pessoal e no daqueles que consigo têm labutado para o progresso do Paraná, um feliz desempenho em sua novas atribuições e lhe atesto, nesta oportunidade, nossa inabalável confiança em sua capacidade para o exercício de tão importante missão.

Creia que, desta Casa, as portas lhe estarão abertas, e que depositamos, na pessoa de Vossa Excelência, a mais irrestrita confiança de que, onde quer que se encontre, poderemos sempre contar com um batalhador infatigável em prol e do bem estar social do povo deste Estado que tanto amamos.

Pediu-me, Sr. Deputado Armando Queiroz de Moraes, o Diretor do Departamento de Divulgação da Assembléia Legislativa que, em seu nome e em nome dos Jornalistas que fazem a cobertura jornalística nesta Casa, manifestasse eu, neste instante, em que V. Exa. renuncia o seu mandato, manifestasse a admiração pela sua pessoa, pela sua inteligência e cultura, e, finalmente, pela elogiável conduta que sempre teve V. Exa. nesta Casa.

Armando Queiroz de Moraes é, sem dúvida alguma, um dos melhores amigos, não só dos Deputados, mas também dos Funcionários e, especialmente, dos Jornalistas, dos homens de imprensa. Se, por um lado os Jornalistas se regozijam pela sua nomeação para o Tribunal de Contas, por outro, lamentam não contar mais com sua participação sempre ativa, em nossa Assembléia. Os Jornalistas desta Casa almejam tudo de bom ao nobre Deputado, e atestam que sempre estarão à sua disposição para divulgação de todas as causas que visem o engrandecimento de nossa terra.

O Sr. Fabiano Braga Côrtes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Ivo Tomazoni, pedi aparte para cumprimentá-lo, bem como ao Deputado Maurício Fruct, pelo pronunciamento que vem fazendo, nesta Casa, historiando a vida e a personalidade marcante do Deputado Armando Queiroz de Moraes. E sou até suspeito para falar de Armando Queiroz de Moraes, pela amizade que tenho para com esse Deputado, pelo respeito e admiração que este Deputado tem por esse homem público. Querria, bem com V. Exa., congratular-me com o Sr. Governador do Estado por essa justa, digna e honrada nomeação do Deputado Armando Queiroz de Moraes para o cargo de Procurador do Tribunal de Contas. E, como bem disse V. Exa. "perde a Assembléia um Deputado, um grande Deputado, ganha o Tribunal de Contas a figura, a capacidade, o dinamismo e a honradez de Armando Queiroz de Moraes". Tudo é Paraná.

Armando Queiroz de Moraes mereceu, pelo seu trabalho, pela sua dedicação à causa pública, este cargo que irá, amanhã, assumir.

Falar de Armando Queiroz de Moraes, nesta Casa, seria desnecessário. Armando Queiroz de Moraes só deixou, nesta Casa, exemplos, exemplos de dignidade, exemplos de honradez, exemplos de dinamismo, exemplos que só engrandeceram esta Casa. E, como disse anteriormente, perde a Assembléia a figura marcante de Armando Queiroz de Moraes, ganha o Tribunal de Contas. Tudo é Paraná.

Muito obrigado.

O SR. IVO TOMAZONI — Eu é que agradeço V. Exa. a interferência, porquanto deu maior brilho ao meu pronunciamento, além de significar o quanto sente esta Casa a próxima ausência do Sr. Deputado Armando Queiroz de Moraes.

Poderia até aduzir o drama íntimo que viveu S. Exa. o Sr. Governador do Estado quando, cumprindo determinação legal, teve que preencher uma das vagas do Tribunal de Contas. Ao comentar as qualidades do Sr. Deputado Armando Queiroz de Moraes, preocupava-se S. Exa. com a lacuna que representaria a nomeação do nobre Deputado. Mas, o Sr. Governador, ao externar suas reflexões, afirmou: se é verdade que o Sr. Deputado é incomparável na sua inteligência, brilho e capacidade, se é verdade que o Sr. Deputado tem sido companheiro leal, dos mais denodados, se nós tivéssemos que adiar ou sobrestar sua nomeação para tão alta e dignificante função, estaríamos a prejudicar aquele que tanto tem dado ao Paraná. Se tivéssemos que nos ater tão somente ao quanto perderá a Assembléia Legislativa, nós não estaríamos aquilando o quanto poderá ganhar o Estado do Paraná com a presença de Armando Queiroz numa das vagas de Procurador do Estado, junto ao Tribunal de Contas.

O Sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. tem sido tão feliz na Tribuna saudando o Sr. Deputado Armando Queiroz, como felizes foram os Deputados que já ocuparam esta Tribuna hoje, que a gente se sente acanhado para dar um aparte, por que V. Exa., tenho certeza, está representando a todos os Deputados, mormente porque é nosso Líder. Mas, não poderíamos deixar de apartá-lo, porque se trata de Armando Queiroz, um amigo desde os tempos do P.D.C. que vem labutando lado a lado conosco nesta Casa. Momentos bons e momentos difíceis vivemos juntos. S. Exa. teve um papel denodado numa fase que a Assembléia Legislativa atravessou, logo após a Revolução, quando S. Exa. se viu alçado, pelo voto da maioria dos Deputados, à condição de Presidente do Poder Legislativo e nessa ocasião, sua lhanza, seu caráter, sua honradez e também a experiência que trouxe como advogado, nos muitos e muitos anos que exerceu essa nobre profissão, tudo isso foram fatores preponderantes para que a Assembléia atravessasse aquela fase e se saísse airoosamente, como não poderia deixar de ser, porque estava em mãos seguras. De modo que neste aparte, fazemos questão também de hipotecar nossa solidariedade ao nosso colega que nos deixa hoje, mas deixa apenas o convívio da Assembléia, porque continuará sendo nosso amigo e estará aqui também no Centro Cívico, emprestando o brilho de sua inteligência no Tribunal de Contas.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço o aparte do nobre Deputado.

Sr. Presidente, havia prometido ao nobre Deputado Paulo Poli conceder-lhe alguns minutos do tempo do Grande Expediente, para que ele também pudesse desta Tribuna dizer da satisfação com que recebeu a nomeação do Sr. Armando Queiroz de Moraes para tão altas e dignificantes atribuições. Ninguém melhor que Paulo Poli poderia significar as grandes qualidades do Sr. Deputado Armando Queiroz porquanto ambos lutam pelos mesmos ideais, pela mesma região que representam nesta Assembléia Legislativa. Muito obrigado! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Paulo Poli, Vice-Líder do Governo nesta Casa.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre colega deputado Armando Queiroz de Moraes.

Mesmo que eu tivesse condições de intelectuais para transmitir o que penso e o que sinto, assim mesmo, nobre Deputado, meu estado emocional não permitiria, jamais, que me alongasse nesta saudação que pretendo, do fundo de minha alma, de dentro do meu coração, fazer a V. Exa..

Há muitos anos, há bem mais de quinze anos, ambos morávamos na mesma cidade. Quantas vezes, nobre Deputado, madrugada adentro V. Exa.. que tinha uma cadeia cativa em meu avião, e eu viajávamos para Mato Grosso em nossas famosas pescarias. Aprendi, então a respeitar e a admirar demasiadamente V. Exa..

Os tempos se passaram e eis que, por uma coincidência do destino, ambos, na mesma data, em uma mesma eleição e no mesmo dia, assumimos nesta Casa uma cadeira como representantes do povo.

Nossos interesses, na ocasião, eram antagônicos, nossos companheiros, quantas vezes, divergiram entre si. No entanto, com o decorrer do tempo quanto mais violentos eram aqueles choques, mais aprendemos a respeitar V. Exa..

Venho a esta Tribuna, apenas, para contar um episódio bem marcante, bem típico, bem característico da formação de V. Exa., nobre Deputado.

Aquele mesmo avião, aquele Cessna 170, com o prefixo PT-AIT, no qual V. Exa. viajava, fora vendido para um cidadão de Maringá e esse vendeu-o a um cidadão do Rio Grande do Sul que o usava para contrabando. O piloto para safar-se do processo que corria contra ele quis envolver o meu nome como proprietário, que fora, daquela aeronave.

V. Exa., nessa oportunidade, poderia ter me marginalizado se assim quisesse, me expulso como seu concorrente. No entanto, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que era na ocasião, levantou a voz para me defender. V. Exa., como meu concorrente que era, como meu antagonista poderia ter tomado uma outra atitude, mas para desgosto, quem sabe de alguns companheiros ou talvez não, embuido deste caráter tão nobre fez prevalecer a verdade, não permitindo que meu nome fosse envolvido naquela oportunidade.

Episódios como este, nobre Deputado Armando Queiroz, fizeram com que os oradores que me antecederam dissessem palavras, as mais belas que eu não posso dizer.

O Sr. Armando Queiroz — Não apoiado.

O SR. PAULO POLI — Mas, quem fala é o coração de um caboclo brasileiro, é o coração de um amigo grato e reconhecido que diz a V. Exa.: Vá com Deus, nobre Deputado porque, como bem disse o Deputado Fabiano Braga Côrtes em aparte, se esta Casa perde o Tribunal de Contas ganha um grande elemento, um grande cidadão, um grande brasileiro, um grande paranaense.

V. Exa. é a grande expressão da inteligência e tem capacidade de sobra, nobre Deputado, para bem repetir seus feitos nesta Casa em sua nova residência.

Tenha certeza nobre Deputado Armando Queiroz, que a Assembléia Legislativa do Paraná irá relembrar sempre em V. Exa., aqueles homens que passam pelo Poder não para se engrandecer pelo cargo que ocupa mas para engrandecer o cargo para onde passa. Portanto, não poderia deixar de ocupar hoje a Tribuna, faltando quem sabe com a educação, rompendo um protocolo, mas não poderia deixar de dizer aqui para esta Casa e para o Paraná, o quanto prezamos, o quanto reverenciamos V. Exa.. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 21 Srs. Deputados.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, considerando que a chamada nominal feita ao início desta Sessão, acusou a presença de 21 Srs. Deputados, mas no decorso da mesma, outros Srs. Deputados compareceram à Casa. Pediria que V. Exa. mandasse ou determinasse a chamada nominal para a constatação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, de acordo com a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputado para verificação de quorum.

(É procedida à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada nominal 29 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, lido da Tribuna. — Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 40-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 104-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná a Fundepar e o Mobral. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., COM SUBSTITUTIVO. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, pelo Substituto.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 61-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 202-72, que aprova Termo Aditivo de Convênio, celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM, para realização de atividades profiláticas contra Endemias Rurais no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153-73 de autoria do Dep. Luiz R. Soares, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmas, área de terreno que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 156-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 64-73, encaminhando ante-Projeto de Lei que objetiva conceder à Sra. Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, pensão mensal de valor equivalente ao dos atuais subsídios de Governador do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com **SUBSTITUTIVO.** — **Aprovado, pelo Substitutivo, com Emenda.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 208-72, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo proceder através do D.E.R., serviços de retificação e revestimento básico do trecho de estrada que liga Xangrilá a Ponta do Sul, no Município de Paranaguá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52-73, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Fundação Boutin, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 137-73, de autoria do Dep. Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, o "Centro Paranaense de Tradições General Carneiro", com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93-73, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo doar através da Secretaria de Agricultura, três tratores marca "John Deer-730", à Cooperativa Agrícola de Irati Ltda., com sede na cidade de Irati. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado**

Projeto de Lei n.º 93-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar através da Secretaria de Agricultura, três (3) tratores de pneus "John-Deer"-730, destinado a Cooperativa Agrícola Irati Ltda., com sede no Município de Irati, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973.

Deputado João Mansur

JUSTIFICATIVA:

Visa a Cooperativa Agrícola Irati Ltda., de posse dos referidos tratores, incentivar à agricultura regional, principalmente em trabalhos de recuperação e conservação de solos e subsidiariamente, em outros correlatos e necessários ao desenvolvimento agrário.

Com este Plano de Lei, visa o autor incrementar as atividades agrícolas no Paraná, contando, assim, com o apoio integral dos Senhores Deputados, com assento nesta Assembléia Legislativa. Anexo Protocolo n.º 01790 — da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 93-73

I — O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado João Mansur, visa autorizar o Poder Executivo a doar, através da Secretaria de Agricultura, três (3) tratores de pneus "John-Deere"-730, à Cooperativa Agrícola de Irati Ltda., com sede e foro na cidade de Irati.

II — Tratando-se de mera autorização legislativa e considerando que a Cooperativa destinaria os tratores, objeto desta proposição, exclusivamente às atividades de incentivo à agricultura regional, principalmente em trabalhos de recuperação e conservação de solos e, subsidiariamente, em outros correlatos necessários ao desenvolvimento agrário, não vemos como deixar de acolher o presente projeto nesta Comissão.

Pela aprovação.

E o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

(Assinatura Illegível) — Presidente

Dep. Igo Iwant Losso — Relator

(Assinaturas Illegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 93-73

I — O ilustre Deputado Erondy Silvério, visa através do presente projeto de lei, autorizar o Poder Executivo doar por intermédio da Secretaria de Agricultura, três tratores marca "John Deer-730", à Cooperativa Agrícola de Irati, com sede na cidade de Irati.

2 — Em se tratando de uma iniciativa de lei meramente autorizativa, esta Comissão de Finanças não vê qualquer impedimento de ordem financeira que possa obstar seu livre encaminhamento e posterior aprovação por esta Casa de lei.

E o parecer,

Sala das Comissões, em 2 de agosto de 1973.

(Assinatura Illegível) — Presidente

(Assinatura Illegível) — Relator

(Assinaturas Illegíveis)

1a. Discussão — do Projeto de Lei n.º 121-73 de autoria do Dep. Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santo Antonio da Platina, tratores que especifica pertencentes a Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 121-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Santo Antonio da Platina 1 (hum) trator marca John Deere modelo 730-S, série 7325918. 1 (Hum) trator marca John Deere, modelo 730-S série 7325901 e 1 (Hum) trator marca FIAT, modelo 60 CI, série 535203 todos pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1973.

a) Deputado Borsari Netto.

JUSTIFICATIVA:

Os tratores, objeto do presente plano de lei, foram pela Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura colocados à disposição da Café do Paraná no início de 1962. A Café do Paraná considera que os tratores, pelas horas trabalhadas e pelos anos de uso, já ultrapassaram o período de vida útil tornando-se anti-econômico para a Empresa.

Os tratores encontram-se atualmente lotados na Café do Paraná considerados improdutivos aos serviços da Empresa mas poderão ser de utilidade para o Município ao qual se propõe a doação.

Com a efetivação da doação estará o Estado, através da Secretaria dos Negócios da Agricultura, também incentivando os setores ligados a essa Pasta pois o Município poderá recuperar os tratores e utilizá-los em benefício dos Municípios que se dedicam à Agropecuária.

Comissão de Constituição e Justiça

AUTOR: Dep. Francisco Borsari Netto

SUMULA: Autoriza a doação de três tratores, todos pertencentes a Secretaria de Agricultura.

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 121-73

I) — Conforme consta na justificativa ao Projeto, os mencionados tratores encontram-se atualmente na "Café do Paraná", mas são pela referida empresa considerados improdutivos.

Todavia o Município para o qual o presente plano de lei propõe a doação, está carente de equipamentos desta natureza, de tão elevado custo mas que poderão prestar inestimáveis serviços à comunidade quando recuperados.

II) — Tratando-se de matéria meramente autorizatória nenhum impedimento de ordem legal ou constitucional existe que possamos antepor ao Projeto.

Pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1973.

aa) Antonio Costa — Presidente

Sebastião R. Júnior — Relator

Antonio Lopes Júnior

Igo Losso

Ivo Thomazoni

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N.º 121-73

AUTOR: Dep. Francisco Borsari Netto

SUMULA: Autoriza a doação de 3 (três) tratores, todos pertencentes à Secretaria de Agricultura.

PARECER

I) — A Proposição está devidamente justificada, com parecer aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

II) — Quanto ao aspecto financeiro, atribuição conferida a esta Comissão nada existe que possa se antepor ao Projeto.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1973.

ccc) Quilse Crisóstomo da Silva — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

João Fadel

Alvaro Dias.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n.º 164-73 de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 72-73, encaminhando anteprojeto de Lei objetivando introduzir alterações na Lei n.º 6.264 de 10.01.72 que criou o Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

MENSAGEM 72-73

Curitiba, 9 de agosto de 1973.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva introduzir alterações à Lei n.º 6.264 de 10 de janeiro de 1972, que dispõe sobre a criação do Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN.

A anexa cópia autêntica da Justificativa firmada pelo Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública diz, com o devido detalhe, sobre a necessidade oportunidade e interesse público na aprovação da medida legal ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa do Estado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

Excelentíssimo Senhor

Deputado Oswaldo Santos Lima

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Os artigos 1.º e 3.º da Lei n.º 6.264, de 10 de janeiro de 1972, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º. Fica criado o "Fundo de Reequipamento do Trânsito" com a finalidade de prover recursos para atender despesas de capital do Departamento de Trânsito, Polícia Militar do Estado do Paraná e aos órgãos de Controle de Tráfego que a integram na Capital e no Interior".

"Art. 3.º. O Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN, — será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Secretário de Segurança Pública — como presidente nato tendo como membros o Diretor do Departamento de Trânsito — como Vice Presidente, o Comandante Geral da Polícia Militar, o Comandante do Batalhão de Controle de Tráfego da PME o Assessor de Planejamento do DETRAN, o Assessor Jurídico do DETRAN e por um representante da Secretaria da Fazenda".

Art. 2.º. Do total dos recursos atribuídos ao FUNRESTRAN cinquenta por cento (50%) serão destinados ao Departamento de Trânsito e cinquenta por cento (50%) à Polícia Militar do Estado e aos Órgãos de Controle de Tráfego que a integram na Capital e no Interior.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo poderá alterar, mediante Decreto, os percentuais fixados no "caput" deste artigo.

Art. 3.º Os demais dispositivos da Lei n.º 6.264 de 10 de janeiro de 1972, não conflitantes com a presente Lei permanecem produzindo os mesmos efeitos legais.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificativas para a Minuta de Ante Projeto-Lei referência: Lei n.º 6264 de 10-jan-72

Relativo ao Art. 1.º da Lei 6264

A alteração proposta, visa permitir ao administrador maior autonomia na aplicação dos recursos vinculados do FUNRESTRAN.

A flexibilidade resultante da modificação proposta vai permitir um enfoque mais racional pelo administrador na programação dos investimentos, pois inexistir na aplicação dos recursos, outras inversões de capital, além da aquisição de equipamentos.

A inclusão da "Polícia Militar", viria proporcionar o reequipamento de Unidades executoras de um órgão da Secretaria de Segurança Pública, que pelos Decretos Leis Federais n.º 667 e n.º 1.072 e pelo Decreto Federal 68862 — R200, tem a missão de realizar o policiamento ostensivo fardado de trânsito. A Corporação possui um Batalhão de Controle de Tráfego, com área de atuação na Capital do Estado bem como dispõe de Sub-Unidades nos Batalhões do interior, com a finalidade de fiscalizar e orientar o trânsito, nas respectivas áreas em coordenação com as circunscrições de trânsito.

A participação do órgão "Polícia Militar" como beneficiário do FUNRESTRAN, reflete a verdadeira situação, porquanto a instituição vem recebendo recursos deste fundo face o estatuido no Decreto 1852 de 11 de abril de 1972.

E a Corporação justamente, participa dos recursos destinados ao Fundo, mercê de sua atividade no policiamento ostensivo de trânsito na capital e no interior do Estado, quer preventiva ou repressivamente e sempre estreita coordenação com o DETRAN.

RELATIVO AO ART. 3.º DA LEI 6264

A inserção do Comandante Geral, como membro do Conselho Diretor do FUNRESTRAN é um corolário da inclusão da Corporação como beneficiária.

RELATIVO AO ART. 2.º ANTE-PROJETO PROPOSTO

A proposta visa dotar a Polícia Militar de recursos necessários ao reequipamento e outros investimentos de capital, de modo a torná-la mais eficiente.

A medida é compatível com o documento "Diagnósticos e Diretrizes e Bases de Ação do Governo" que preconiza, a curto prazo, uma política de investimento de bens de capital para os órgãos de segurança de modo a torná-los operacionalmente, mais produtivos.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Estado

ATOS DO PODER EXECUTIVO LEI N. 6264

Data 10 de janeiro de 1972.

SUMULA: Cria o "Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN, com a finalidade de prover recursos para reequipamento do DETRAN.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica criado o "Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN, com a finalidade de prover recursos para reequipamento, material permanente estudos técnicos... vetado... e outras despesas de capital para o "Departamento Estadual de Trânsito — DETRAN".

Art. 2.º — O "FUNRESTRAN" será provido pelos recursos originados pela cobrança das taxas especificadas na Tabela "G" da Lei n. 5.482 de 20 de janeiro de 1967, que dispõe sobre as Taxas de Segurança Pública, e de produto das multas por infrações ao trânsito de sua jurisdição e constantes do Código Nacional de Trânsito.

Parágrafo único — Constituem ainda recursos do "FUNRESTRAN",

- a) — auxílios subvenções ou dotações federais, municipais ou privadas, oriundos de convenios celebrados pelo "DETRAN".
- b) — o produto da alienação de equipamento ou material inservível;
- c) — juros de seus depósitos bancários;
- d) — outras rendas eventuais.

Art. 3.º — O "Fundo de Reequipamento do Trânsito FUNRESTRAN" será administrado por um Conselho Diretor composto pelo Secretário de Segurança Pública como Presidente nato pelo Diretor do Departamento de Trânsito como Vice-Presidente, pelo Comandante do Batalhão de Controle de Tráfego da Polícia Militar do Estado, pelo Assessor de Planejamento e pelo Assessor Jurídico do DETRAN e por um representante da Secretaria da Fazenda.

Art. 4.º — O "Fundo de Reequipamento do Trânsito FUNRESTRAN" é dotado de personalidade jurídica e escrituração contábil própria independente de qualquer órgão da Secretaria de Segurança Pública.

Art. 5.º — Da aplicação dos recursos do Fundo de Reequipamento do Trânsito, será feita prestação de contas nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 6.º — Do total de receita atribuída ao FUNRESTRAN será destinada até 1% (um por cento) para pagamento de despesas administrativas.

Art. 7.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), destinado a atender as despesas com a instalação do FUNRESTRAN no corrente exercício financeiro.

Parágrafo único — Como recurso para a cobertura das despesas da abertura crédito especial a que se refere este artigo fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela lei n.º 6.175 de 3 de dezembro de 1970, de acordo com as especificações seguintes:

Órgão Principal: Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública.

Programa: — (71—2.6—43) — 03.

Unidade Executora: — DETRAN — 01

Dotação — 71—2.6—43

Art. 8.º — Ao FUNRESPOL criado pela Lei n.º 6.102 de 27 de maio de 1970, aplicar-se-á norma legal igual à estabelecida no art. 6.º desta Lei.

Art. 9.º — Dentro de 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta Lei, o Poder Executivo procederá a sua regulamentação.

Art. 10 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 10 de janeiro de 1972.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Mário Carneiro Portes

Secretário da Segurança Pública

Mauricio Schulman

Secretário da Fazenda

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 164-73

O presente plano de Lei, oriundo de Mensagem Governamental, objetiva introduzir alterações à Lei n.º 6.264 de 10 de janeiro de 1972 que dispõe sobre a criação do FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO TRANSITO — FUNRESTRAN.

A medida é oportuna como se infere da exposição de motivos que acompanha a Mensagem. E do ponto de vista constitucional e legal, está a mesma em condições de ser apreciada e aprovada pelo Plenário.

É o Parecer.

Sub.censura.

Sala das Comissões, em

25. Ilegível — Presidente

ANTONIO COSTA — Relator

PARECER

Comissão de Finanças

SUMULA

"Projeto de Lei n.º 164-73 — Objetiva introduzir alterações na Lei n.º 6.264 de 10.01.72, que criou o Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN — Mensagem Governamental n.º 72-73, de 09 de agosto de 1973.

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 164-73 originário da Mensagem Governamental n.º 72-73 de 09 de agosto de 1973, "que objetiva introduzir alterações na Lei n.º 6.264, de 10.01.62 que criou o Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN.

2. Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça em seu R. Parecer de fls. se pronunciado pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei referido e sendo sua aprovação de evidente interesse da administração pública conforme se vê da bem articulada justificativa que acompanha a Mensagem Governamental de fls. não vê esta Comissão de Finanças no âmbito que lhe é próprio, como deixar de ser favorável à matéria. Pela Aprovação, é o parecer s.m.i.

Sala das Comissões. 04 de 09 de 1973.

Deputado João C. Fadel — Relator

25. Ilegível — Presidente

Comissão de Polícia

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 164-73

AUTOR: — Poder Executivo

SUMULA: Objetiva introduzir alterações à Lei n.º 6.264, de 10 de janeiro de 1972, que dispõe sobre a criação do Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN.

Mensagem do Senhor Governador do Estado transformada nesta Casa no presente Projeto de Lei, que objetiva introduzir alterações à Lei n.º 6.264, de 10 de janeiro de 1972 que dispõe sobre a criação do Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN.

Do ponto de vista desta Comissão de Polícia entendemos que a proposição é oportuna e deve merecer a aprovação do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1973

25. Ilegível — Presidente

25. Ilegível — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, ofício de autoria do Sr. Deputado Armando Queiroz, nos seguintes termos: (Lê):

"Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa

Por ato de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado publicado no Diário Oficial do dia 17 de setembro p. passado foi nomeado para o cargo de Procurador da Fazenda junto ao Tribunal de Contas.

O exercício das novas funções implica em renunciar ao meu mandato de deputado estadual. E o que faço nesta sessão e através deste documento, que feito de próprio punho, expressa a decisão de minha renúncia. Renúncio pois como renunciado tenho ao meu mandato de deputado.

Encaminho a V. Exia. solicitando se digne dar ciência ao Plenário, à Mesa e aos demais membros do Poder para que possa assim produzir todos os efeitos legais.

Curitiba, 2 de outubro de 1973.

(a) — ARMANDO QUEIROZ MORAES".

Em face da renúncia do Deputado Armando Queiroz, declaro efetivado no cargo de Deputado o Sr. José Ivo Rocha e determino a convocação do 1.º Suplente da ARENA.

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná quer também se associar as palavras dos oradores que se fizeram ouvir nesta tarde e quer manifestar ao Deputado Armando Queiroz, companheiro de mais de uma década de lutas aqui neste Poder, que sempre soube através dos seus atos de sua personalidade de homem público defender, intransigentemente os interesses da Região que representava quer manifestar a S. Exa. que se de um lado, como bem disseram os oradores que ocuparam a Tribuna na tarde de hoje perde a Assembléia Legislativa do Paraná um dos Deputados mais batalhadores que esta Casa já teve, por outro lado ganha nosso Estado, ganha o Tribunal de Contas do Paraná um homem da envergadura moral, da intransigência, da capacidade de Armando Queiroz.

Quero, em meu nome pessoal e em nome da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado manifestar nossa satisfação congratulando-nos com o Governador Emilio Gomes pela acertada decisão em nomeado um homem da envergadura de Armando Queiroz e que, tenho certeza, saberá cumprir com a sua obrigação de homem público e de paranaense e continuar emprestando o brilhantismo de sua inteligência sua capacidade de trabalho em favor de nosso Estado e de nossa gente.

Espero que o Deputado Armando Queiroz de Moraes auxilie a sua Região com a lacuna deixada com a sua renúncia, apresentando à consideração do eleitorado paranaense homens que possam continuar representando aquela

Região, a região de Campo Mourão, uma das mais prósperas de nosso Estado a fim de que os Prefeitos Municipais os homens que lá lutam e labutam em favor de nosso Estado, possam continuar tendo um representante nesta Casa um porta-voz que possa levar seus apelos às autoridades responsáveis pelos destinos de nosso Estado; porque aquela Região é uma das mais prósperas e que mais tem contribuído pelo desenvolvimento de nosso Estado.

Quero, nesta oportunidade, em nome da Assembléia Legislativa convidar o Deputado Armando Queiroz de Moraes para receber de minhas mãos, uma placa uma homenagem singela que traduz a amizade de todos os Deputados que integram esta Casa, a S. Exa. o Sr. Deputado Armando Queiroz de Moraes. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã dia 4. quinta-feira com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a Discussão — dos Projetos de Lei n.os 208-72; 52-72; 137-73.

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.os 93-73; 121-73 e 164-73.

1.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 53-73.

e. marcando outra para sexta-feira dia 5 às 10.00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Resolução n.º 39-73 e dos Projetos de Lei n.os 45-73 — 94-73 — 124-73 — 125-73 — 146-73 — 149-73 e 183-73.

Convidamos todos os Srs. Deputados para um Cock-tail no Salão Nobre para prestar uma homenagem ao Nobre Deputado Armando Queiroz. Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

Comissão de Finanças

7.a Legislatura — 3.a Sessão Legislativa

Ata da 7.a Reunião Ordinária

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões às 16.30 horas; reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do Senhor Deputado Quielise Crisostomo da Silva. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 121-73 — de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santo Antonio da Platina, tratores que especifica pertencentes a Secretaria de Agricultura. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável-approvado. PROJETO DE LEI N.º 123-73 — de autoria do Senhor Deputado Francisco Scorsin, que autoriza o Poder Executivo doar a Prefeitura Municipal de Ibioporã, tratores que especifica inservíveis e pertencentes a Secretaria de Agricultura. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho parecer favorável-approvado, sub-censura. PROJETO DE LEI N.º 124-73 de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Colombo, os implementos agrícolas que especifica pertencentes a Secretaria de Agricultura. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável-approvado. PROJETO DE LEI N.º 130-73 — de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, sediada na cidade de Paranaguá. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável-approvado. PROJETO DE LEI N.º 136-73 — de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato que declara de utilidade pública, a "Igreja Seicho-No-Ie do Brasil" com sede e foro na Capital do Estado de S. Paulo. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável-approvado. PROJETO DE LEI N.º 137-73 — de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, o "Centro Paranaense de Tradições "General Carneiro", com sede e foro nesta Capital. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 140-73 — de autoria do Senhor Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio na cidade de Pérola, para instalação e funcionamento no ano letivo de 1974. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 142-73 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria a Inspeção Regional de Ensino de Rondon, com sede na cidade do mesmo nome e com jurisdição sobre o Município de Rondon, Indianópolis e Guaporema. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 143-72 — de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de utilidade pública, a Associação Evangélica Educacional e Beneficente — AEEB — com sede na cidade de Cianorte. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 144-73 — de autoria do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, que dá nova redação ao parágrafo único do Artigo 1.º, da Lei n.º 4.763, de 5.11.63 (Pensão viúva suplentes de Deputados). Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado, com substitutivo. PROJETO DE LEI N.º 146-73 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo arcar com todas as despesas provenientes tratamento médico-hospitalar, do Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável ao Projeto e contra a Emenda, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 152-73 — de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruet, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para conservação e melhoria, a estrada que liga Marechal Mallet a Balsa de Paulo Pereira, via Serraria Gugelmin, Passo Meio e Fazenda Palmital. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável com substitutivo, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 153-73 — de autoria do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmas, área de terreno que especifica. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 159-73 — de autoria do Senhor Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na cidade de Jaguariava e outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 163-73 — de autoria do Senhor Deputado Igo, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 71-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o controle acionário da Companhia de Telecomunicações do Paraná — Telepar, e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 166-73 — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Piraquara, um (1) trator marca Caterpillar, Modelo Da-40 A, série 1593, e um (1) trator marca John Deere, 730-S, série 7325948, pertencentes a Secretaria de Agricultura. Relator

Senhor Deputado Alvaro Dias parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 172-73 — de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, que autoriza o Poder Executivo doar a Fundação Educacional do Paraná — Fundepar, o imóvel com características que especifica, situado no Distrito de Braganey, Município de Corbélia. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 173-73 — de autoria do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Francisco Beltrão, os lotes n.ºs. 01 a 06, da Quadra n.º 176 e o lote n.º 04 da Quadra n.º 181, localizados na sede do referido Município de Francisco Beltrão, e pertencentes à Polícia Militar do Estado. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 53-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-Proposição n.º 163-73 — Aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Cascavel, Curitiba, Congonhinhas, Dois Vizinhos, S. Miguel do Iguaçu, Palmítal e Santa Cruz do Monte Castelo objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 55-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 195-73 — Aprova Convênio digo Termo Aditivo de Renovação de Convênio, celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Clínica de Nervosos de Londrina, objetivando internamento de doentes mentais. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 56-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-Proposição n.º 197-73 — aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Alto Piquiri, Ampare, Astorga, Guairacá, Iretama, Paissandu, Realeza, Salto do Itararé e Santa Inês, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícias locais. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 58-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-Proposição n.º 199-73 — Aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios de Capanema, Foz do Iguaçu, Grandes Rios, Pato Branco, Peabiru, Rolândia Sabáudia, Salgado Filho, Cambira e S. João do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 59-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-Proposição n.º 201-73 — Aprova Termo Aditivo de Convênio, celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Sanatório Shangri-lá S/A., da cidade de Londrina, objetivando internamento e assistência a doentes mentais. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 60-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-Proposição n.º 203-73 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino — PREMAN e a Universidade Federal do Paraná — UFP, objetivando a execução de um Curso de Licenciatura Parcelada para Professores Leigos em Ciências. Relator Senhor Deputado João C. Fadel. Parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 63-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-Proposição n.º 196-73 — Aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Instituto Brasileiro do Café, pelo seu Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura (GERCA), objetivando a implantação do Instituto Agrônomo do Paraná. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

2a) Alvaro Dias — Presidente

Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 12.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e presentes os Senhores Deputados: Quielise Crisostomo da Silva, Ivo Thomazoni, Igo Iwant Losso, Antônio Lopes Júnior, Wilson Fortes e Marciano Baraniuk. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da Reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 58/73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 36-73, encaminhando anteprojeto de lei que visa dar destinação ao patrimônio da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 154-73, de autoria do Senhor Deputado Emílio Carrazai. Autoriza o Poder Executivo abrir crédito no valor de Cr\$ 30.000,00, à Diocese de Cornélio Procopio. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 155-73, de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati. Outorga, o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Desembargador Francisco da Cunha Pereira. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 156-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 64-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva conceder à Sra. Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, pensão mensal de valor equivalente a dos atuais subsídios de Governador do Estado. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável com Substitutivo Geral. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 167-73, de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Araucária, tratores e trilhadeiras que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável com emenda. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 169-73, de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Autoriza o Poder Executivo criar uma Inspeção Regional de Ensino, na sede do Município de Dois Vizinhos, com jurisdição nos Municípios de Verê, São Jorge do Oeste e Salto do Lontra. Relator Deputado Paula Camargo. Requer seja convertido em diligência junto à Secretaria de Educação e Cultura. Deferido. 7) — PROJETO DE LEI N.º 171-73, de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruet. Autoriza o Poder Executivo denominar irmão Ruberto Félix, um dos Estabelecimentos de Ensino oficial do Estado. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N.º 174-73, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Associação

das Senhoras Rotarianas de Foz do Iguaçu. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N.º 178-73, de autoria do Senhor Deputado Emilio Carazzai. Declara de utilidade pública o Movimento Pró Creche Nossa Senhora do Rocio de Curitiba. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N.º 179-73, de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati. Concede título de Cidadão Honorário ao Senhor Pinheiro Schmidt. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N.º 180-73, de autoria do Senhor Deputado Quilse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo transferir à jurisdição da circunscrição de trânsito do Município de Maringá, o Serviço de Trânsito dos Municípios de Itaguapé, Santa Inês e Santo Antônio. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N.º 181-73, de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati. Cria aposentadoria ao final de carreira, aos Expedicionários da Marinha Mercante, Marinha de Guerra, Aeronáutica e Exército, que prestaram serviços ao Estado do Paraná. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável com emenda substitutiva. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N.º 182-73, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Autoriza o Poder Executivo transferir, por doação, à Fundação Educacional do Estado do Paraná, o terreno situado no Quadro urbano da sede do Município de Querência do Norte, para nele ser construída uma unidade escolar e demais instalações. Relator Deputado Quilse Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 14) — PROJETO DE LEI N.º 184-73, de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati. Declara de utilidade pública a Associação de Assistência Social de Curitiba — AMAS, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 15) — PROJETO DE LEI N.º 186-73, de autoria do Senhor Deputado, digo, do Poder Executivo. Mensagem n.º 76-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva considerar de utilidade pública a Fundação de Cultural de Curitiba, entidade dotada de personalidade jurídica própria com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 16) — PROJETO DE LEI N.º 187-73, de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Instituição Fraternitas, com sede no Jardim Primavera das Laranjeiras, Município de Piraquara. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 17) — PROJETO DE LEI N.º 190-73, de autoria do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho. Autoriza o Poder Executivo alterar a forma de cobrança das mensalidades em atraso dos Serventários da Justiça, junto à Carteira de Pensões do Instituto de Previdência do Estado. Relator Deputado Quilse Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 18) — PROJETO DE LEI N.º 191-73, de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto. Declara de utilidade pública o Sindicato dos Engenheiros do Paraná. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 19) — PROJETO DE LEI N.º 198-73, de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva. Declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, com sede e foro nesta cidade de Cambé. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 20) — PROJETO DE LEI N.º 200-73, de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto. Declara de utilidade pública a Assistência Social Andirá. ASA, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 21) — PROJETO DE LEI N.º 201-73, de autoria do Senhor Deputado Aryzone Araújo. Declara de utilidade pública o Lar da Acadêmica de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado: Ivo Thomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 22) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 52-73, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Acrescenta inciso com redação que especifica, ao artigo 39 do Regimento Interno. Relator Deputado Quilse Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 23) — PROPOSIÇÃO N.º 200-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 61-73, encaminhando cópia do termo aditivo de renovação de convênio celebrado entre a Secretaria de Saúde Pública e o Hospital Psiquiátrico Franco Rocha S. A., da cidade de Ponta Grossa, para atendimento de doentes mentais sem recurso, encaminhados pelo Departamento de Saúde Pública. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 24) — PROPOSIÇÃO N.º 216-73 de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 75-73, encaminhando cópias de convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios que especifica, para fornecer equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 25) — PROPOSIÇÃO N.º 217-73, de autoria da Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina. Expediente solicitando revogação da Lei que estabelece multa de Cr\$ 300,00, ao Comércio e Indústria do Estado do Paraná, que estiverem em atraso com o ICM. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer pelo Arquivamento. Aprovado. 26) — PROPOSIÇÃO N.º 220-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 81-73, encaminhando cópias dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios que especifica, para fornecer equipamentos às Delegacias de Polícias locais. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável com Projeto de Resolução anexo. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às Proposições n.ºs 205.73 — 206.73 — 208.73 — 209.73 — 212.73 e 214.73, todos concluindo que os VETOS estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada: pelo Senhor Presidente, Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

(aa) Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da 25.a Reunião Ordinária

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Gilberto Carvalho, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Iris Caldart apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 89-72 — de autoria do deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo a criar um curso científico, no Ginásio Estadual de Santa Izabel do Ivaí, para funcionar a partir do próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N.º 147-72 — de autoria do deputado Aryzone Araújo, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada

que liga Francisco Beltrão a Salgado Filho. PROJETO DE LEI N.º 186-72 — de autoria dos deputados Jorge Sato e Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Escola Paroquial São Vicente Pallotti, de Mandaguari. PROJETO DE LEI N.º 78-73 — de autoria do deputado Gilberto Carvalho, que dá nova redação e acresce de um parágrafo que especifica, ao artigo 3.º, da Lei n.º 5.926, de 22.4.69. PROJETO DE LEI N.º 106-73 — de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Japira, os tratores que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis. PROJETO DE LEI N.º 127-73 — de autoria do deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Mun. de Campo Largo, os tratores que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) Iris Caldart — Presidente
Lélío G. Sotto Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 89-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Curso Científico no Ginásio Estadual de Santa Izabel do Ivaí, no Município do mesmo nome, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.9.73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Iris Caldart — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 147-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Salgado Filho.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.9.73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Iris Caldart — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 186-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a Escola Paroquial São Vicente Palotti, com sede na cidade de Mandaguari.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.9.73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Iris Caldart — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 78-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 3.º da Lei n.º 5.926, de 22 de abril de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação e acrescido de um parágrafo.

“Art. 3.º — O grau de aproveitamento obtido no Curso de Confirmação, assegura o merecimento e respectivo lugar no escalão para promoções subsequentes, elaborando-se, porém, os Quadros de Acesso, segundo os critérios de merecimento e antiguidade, em respeito ao que dispõe o parágrafo único, do artigo 76, da Constituição Estadual.

Parágrafo único — Na elaboração dos Quadros de Acesso mencionados neste artigo, atender-se-á proporcionalidade tal que em cada 3 (três) vagas a serem preenchidas, 2 (duas) o sejam por merecimento, em função da classificação no Curso de Confirmação e uma por antiguidade, em função do tempo de serviço público estadual”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.9.73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Iris Caldart — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 106-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Japira, os tratores marca John Deere, 730 — diesel, séries números 7325962, 7325909 e 7325986, respectivamente, pertencentes à Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.9.73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Iris Caldart — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 127-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campo Largo, 2 (dois) tratores marca John Deere, n.ºs 730-S 7325967 e ... 730-S 7325987, ambos pertencentes à Secretaria de Estados dos Negócios de Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.9.73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Iris Caldart — Relator